



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

OE 2022

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO

ATÉ JANEIRO

FEVEREIRO 2022

ÍNDICE

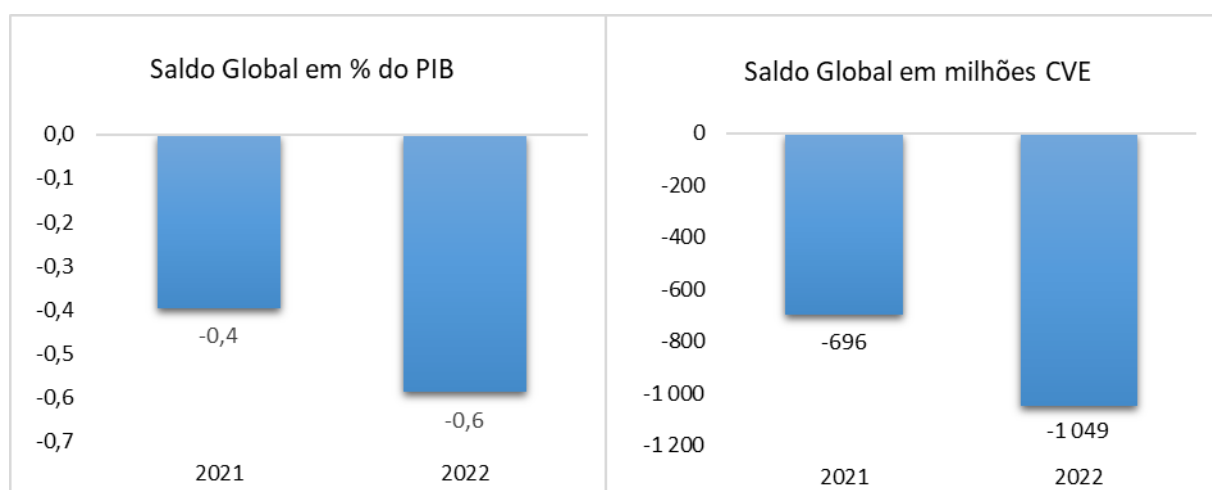
1. Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2. Análise das Receitas Totais.....	5
2.1. Receitas (não inclui venda de ativos).....	6
2.2. Venda de Ativos Não Financeiros.....	8
3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	8
3.1. Por Classificação Económica.....	8
3.1.1. Despesas.....	9
3.1.2. Ativos Não Financeiros.....	11
3.2. Por Tipo de Financiamento.....	12
4. Projetos em Resposta à Covid-19	13
5. Dívida Pública.....	14

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global apurado para o mês janeiro de 2022 foi de 1.049,0 milhões de CVE negativos, ou seja, um défice de 0,6% do PIB previsto no OE. Esse resultado se traduziu numa diminuição de 0,2 p.p. face ao mesmo período de 2021.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se um ligeiro agravamento em 0,1 p.p., comparativamente ao período homólogo, fixando-se em -0,3%, decorrente do impacto do processo de consolidação do orçamento do Estado no registo das despesas.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MFFE

Os resultados provisórios da execução orçamental em janeiro de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrem:

- do acréscimo das receitas totais em 12,1% (+292,1 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em todos os agregados, com destaque aos impostos;
- do acréscimo das despesas totais em 16,8% (+532,3 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque as despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços e subsídios, em parte, na sequência do processo de consolidação; e
- do acréscimo em ativos não financeiros líquidos em 215,2% (+113,0 milhões de CVE), justificado em grande parte pela não concretização de vendas desses ativos nesse mês.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2021		2022			
	Orç. Ret	Jan	Orç. Inicial	Jan	Grau Exec.	Tax. Hom
1. Total Receitas	52 520	2 411	58 196	2 703	4,6	12,1
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	47 270	2 382	54 215	2 671	4,9	12,1
Impostos	34 895	2 080	41 184	2 290	5,6	10,1
Segurança Social	71	0	71	0	0,2	13,3
Transferências (donativos)	5 250	30	3 982	33	0,8	10,5
Outras Receitas	12 304	301	12 960	381	2,9	26,5
2. Total Despesas	63 473	3 160	62 112	3 692	5,9	16,8
Despesas com Pessoal	24 480	1 549	24 326	1 617	6,6	4,4
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	81	12 390	281	2,3	246,5
Juros Correntes	4 485	367	5 541	391	7,1	6,5
Subsídios	1 116	9	1 008	191	18,9	2009,1
Transferências	7 847	386	6 663	331	5,0	-14,4
Benefícios Sociais	9 179	614	8 316	684	8,2	11,4
Outras despesas correntes	4 075	20	3 868	88	2,3	331,4
Valor a regularizar		132	0	109	-	-17,6
3. Resultado Operacional Bruto	-10 953	-748,3	-3 916	-988,5	25,2	32,1
4. Ativos não Financeiros	9 863	-53	10 217	61	0,6	-215,2
Compra ativos não financeiros	11 353	32	10 625	61	0,6	87,3
Venda ativos não financeiros	1 490	85	408	0	0,0	-100,0
5. Global Global (1-2-4)	-20 816	-696	-14 134	-1 049	7,4	50,8
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,9	-0,4	-7,5	-0,6	-	-
Saldo Corrente Primario	-7 271	-411	-2 356	-630	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-4,1	-0,2	-1,2	-0,3	-	-
6. Financiamento	20 816	-99	14 134	-94	-	-
6.1 Ativos Financeiros	934	4	-4 363	715	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 303	4	120	0	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 278	0	-2 513	0	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 049	0	-2 651	0	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 958	0	681	715	-	-
6.2 Passivos Financeiros	19 882	-103	18 497	-809	-	-
Interno líquido	5 402	-507	11 412	-722	-	-
Sistema bancário		1 083		843	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-6	-185	-9	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		-2 775		108	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		182		-2 184	-	-
Outras operações de tesouraria				56	-	-
Sistema não bancário		1 008		464	-	-
Externo líquido	14 481	405	7 085	-87	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	17 392	523	16 089	96	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 911	-119	-9 005	-184	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-597	0	-1 143	-	-

Fonte: MFFE

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas em janeiro de 2022 cifraram-se em 2.703,5 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 8,3%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Jan	Orç. Inicial	Jan		
Impostos	34 895	2 080	41 184	2 290	5,6	10,1
Imposto único sobre rendimentos	9 271	363	11 230	431	3,8	18,8
IR-PS	6 026	323	6 799	395	5,8	22,0
IR-PC	3 244	39	4 431	37	0,8	-7,5
Outros impostos directos	570	47	649	55	8,5	18,4
Tributo Especial Unificado - TEU	570	47	617	55	8,9	18,4
Taxa de Incêndio			31	0	0,0	-
Imposto sobre bens e serviços	16 886	1 066	20 129	1 236	6,1	15,9
Imposto sobre o valor acrescentado	14 010	918	15 826	1 010	6,4	10,1
IVA DGA	7 425	541	8 934	537	6,0	-0,8
IVA DGCI	6 585	377	6 892	474	6,9	25,8
Imposto consumo especial	1 955	106	2 477	118	4,8	11,7
Taxa de Tabaco			323	0	0,0	-
Contribuição turística	248	2	475	55	11,6	2 323,5
Taxa ecológica	674	40	728	32	4,4	-20,2
Taxa estatística aduaneira			300	19	6,5	-
Impostos sobre transações internacionais	7 471	539	8 407	498	5,9	-7,6
Direitos de importação	7 154	517	8 067	476	5,9	-7,9
Taxa comunitária CEDEAO	317	23	340	23	6,7	-0,1
Outros impostos	697	65	769	69	9,0	5,9
Imposto de selo	664	65	719	65	9,1	0,2
Imposto especial sobre jogos	33	0	50	4	7,5	0,0
Segurança Social	71	0	71	0	0,2	13,3
Taxa social única	0	0	71	0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	71	0	0	0	0,0	13,3
Outras Contribuições	0	0	0	0	0,0	0,0
Transferências	5 250	30	3 982	33	0,8	10,5
De Governos Estrangeiros	4 525	1	3 378	8	0,2	493,6
Ajuda Orçamental	1 029	0	825	0	0,0	0,0
Ajuda Alimentar	321	0	300	0	0,0	0,0
Donativos directos	3 175	1	2 253	8	0,3	493,6
De Organizações Internacionais	218	3	80	3	4,1	18,6
Das Administrações Públicas	508	26	523	22	4,2	-14,3
Outras Receitas	12 304	301	12 960	381	2,9	26,5
Rendimentos de propriedade	4 922	11	5 444	5	0,1	-55,4
Venda de bens e serviços	6 075	275	5 957	350	5,9	27,4
Multas e outras penalidades	212	9	342	16	4,6	82,6
Outras transferências	314	2	337	4	1,2	166,5
Outras receitas diversas e não especificadas	781	5	880	6	0,7	19,0
Receitas	52 520	2 411	58 196	2 703	4,6	12,1
Ativos e Passivos	1 490	85	408	0	0,0	-100,0
Ativos não Financeiros	1 490	85	408	0	0,0	-100,0
TOTAL RECEITAS	54 010	2 496	58 604	2 703	4,6	8,3

Fonte: MFFE

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Em janeiro de 2022, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 2.703,5 milhões de CVE, registando um acréscimo de 12,1%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+18,8%), impostos indiretos (+7,9%), segurança social (+13,3%), donativos (+10,5%), e por fim o aumento das outras receitas (+26,5%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 18,8% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 394,7 milhões de CVE, registando uma evolução positiva, em termos homólogos, de 71,2 milhões de CVE (+22,0%). O comportamento deste imposto, com um crescimento relevante face ao período homólogo vem na sequência da recuperação da atividade económica que vem ocorrendo ao longo dos últimos meses, contrariamente ao período homólogo;
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 36,5 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 3,0 milhões de CVE (-7,5%), justificado pelo facto de janeiro não ser um mês de entrega e pagamento deste imposto, sendo a arrecadação apenas fruto de pagamento dos atrasados e das prestações;
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 55,2 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva de 8,6 milhões de CVE (+18,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre da recuperação económica que se vem registando, para além do facto de janeiro ser um mês da cobrança trimestral deste imposto.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 7,9% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 1.010,4 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 92,9 milhões de CVE (+10,1%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um decréscimo na ordem dos 0,8% (-4,2 milhões de CVE) enquanto que o IVA-DGCI teve um acréscimo de 25,8% (+97,1 milhões de CVE). O aumento na cobrança desse imposto confirma alguma recuperação da atividade económica que vem ocorrendo nos últimos meses. Por outro lado, nota-se que performance na arrecadação do IVA-DGA está intrinsecamente ligada à importação, e de certo modo aos Impostos sobre as Transações Internacionais infra referidos.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 55,3 milhões de CVE, registando uma evolução positiva em termos homólogos de 53,0 milhões de CVE, traduzindo o facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros estarem a recuperar, tal como no último trimestre de 2021, mediante a boa performance na taxa de vacinação para a Covid-19 em Cabo Verde e da dinâmica da abertura dos mercados emissores de turistas, permitindo alguma recuperação da arrecadação deste tributo.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um decréscimo na ordem dos 7,6% (-41,0 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2021, verificou-se uma diminuição na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 7,9% (-41,0 milhões de CVE), enquanto a Taxa Comunitária CEDEAO por seu turno, registou apenas um ligeiro decréscimo na ordem dos 0,1%, mantendo-se uma execução de 22,7 milhões de CVE, valor aproximado ao verificado no período homólogo de 2021.
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução ligeiramente cima da arrecadação no período homólogo em 0,2% (+0,1 milhões de CVE), situando-se em 65,2 milhões de CVE.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 3,7 milhões de CVE, registando uma evolução positiva em relação ao período homólogo, em que não houve arrecadação deste imposto (+3,7 milhões de CVE), em consequência de uma ligeira recuperação do turismo na Ilha do Sal e da Boavista.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 32,9 milhões de CVE, apresentando um aumento de 10,5% (3,1 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior. Esta performance decorre da conjugação: do acréscimo das transferências provenientes de Governos Estrangeiros (+6,3 milhões de CVE), justificado pela execução de donativos diretos superiores ao registado em janeiro de 2021, pelo aumento das transferências provenientes de Organizações Internacionais em 0,5 milhões de CVE e pela diminuição das transferências recebidas pelos Fundos e Serviços Autónomos (-3,7 milhões de CVE) do registado no mesmo período do ano anterior.

As “outras receitas” verificaram um acréscimo de 26,5% (+79,7 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação nas seguintes rúbricas:

- Venda de bens e serviços (+27,4%; +75,3 milhões de CVE) impulsionado pelas taxas de prestação de serviços, dos serviços médico hospitalares, dos emolumentos dos registos e notariado, dos emolumentos das custas judiciais, refletindo a retoma da normalidade dos serviços públicos face às restrições registadas em resposta à pandemia da Covid-19; e
- Multas e outras penalidades (+82,6%; + 7,1 milhões de CVE).

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em janeiro de 2022 não foram registadas receitas provenientes de Vendas de Ativos Não Financeiros o que se traduz numa evolução negativa na ordem dos 84,8 milhões de CVE quando comparado com o realizado em janeiro de 2021.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em janeiro de 2022, atingiram 3.752,5 milhões de CVE, registando um acréscimo de 17,6% em relação ao período homólogo de 2021.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2021		2022			
	Orç. Ret.	Jan	Orç. Inicial	Jan	Grau Exec.	Tax. Hom
Despesas com Pessoal	24 480	1 549	24 326	1 617	6,6	4,4
Remuneração Certas e Permanentes	22 381	1 520	22 206	1 581	7,1	4,0
Segurança Social	2 098	29	2 120	36	1,7	25,7
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	81	12 390	281	2,3	246,5
Juros Correntes	4 485	367	5 541	391	7,1	6,5
Dívida interna	3 343	296	3 413	322	9,4	9,0
Dívida externa	1 044	72	2 052	69	3,4	-3,8
Outros encargos	98	0	76	0	0,0	-
Subsídios	1 116	9	1 008	191	18,9	2009,1
Transferências Correntes	7 847	386	6 663	331	5,0	-14,4
Governos Estrangeiros	1 188	1	504	6	1,2	301,1
Organismos Internacionais	465	51	472	0	0,0	-100,0
Administração pública	6 194	333	5 687	325	5,7	-2,5
Benefícios Sociais	9 179	614	8 316	684	8,2	11,4
Outras Despesas Correntes	4 075	20	3 868	88	2,3	331,4
Valor a regularizar		132	0	109	-	-
Despesas	63 473	3 160	62 112	3 692	5,9	16,8
Ativos e Passivos	11 353	32	10 625	61	0,6	87,3
Ativos não Financeiros	11 353	32	10 625	60,5	0,6	87,3
TOTAL DESPESAS	74 826	3 192	72 737	3 753	5,2	17,6

Fonte: MFFE

3.1.1. Despesas

Em janeiro de 2022, as despesas executadas totalizaram o montante de 3.692,0 milhões de CVE, registando um acréscimo de 16,8% em relação ao executado em janeiro de 2021. Esta evolução resultou do aumento generalizado de várias rúbricas de despesas nomeadamente, subsídios (+2009,1%), outras despesas (+331,4%), aquisição de bens e serviços (+246,5%),

benefícios sociais (+11,4%), despesa com o pessoal (+4,4%) conjugado com a diminuição das despesas em transferências (-14,4%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento na ordem dos 4,4% (+68,0 milhões de CVE) decorrente do aumento de despesas:
 - i. com a implementação do estatuto da Direção Nacional de Receitas do Estado, que teve início em dezembro de 2021;
 - ii. com o registo atempado das despesas na Assembleia Nacional, com a bancarização desse Órgão; e
 - iii. com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 246,5% (+200,0 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, derivado principalmente do aumento das seguintes rubricas: “Outros serviços” (+60,5 milhões de CVE) na sequência da execução do Projecto “Ocean Race”; “Deslocação e estada” (+30,6 milhões de CVE), em face a bancarização/consolidação da execução orçamental da Assembleia Nacional; “Assistência Técnica - Não Residentes” (+29,6 milhões de CVE), essencialmente devido à cooperação técnica da brigada dos médicos cubanos; “Material de Consumo Clínico” (+19,1 milhões de CVE); “Produtos Alimentares” (+13,5 milhões de CVE); “Combustíveis e Lubrificantes” (+10,5 milhões de CVE); “Rendas e Alugueres” (+5,4 milhões de CVE); “Honorários” (+5,3 milhões de CVE); e “Conservação e Reparação dos Bens” (+3,7 milhões de CVE).
- A despesa com os juros da dívida registou um aumento de 6,5% (+23,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2021, resultado do aumento dos juros da dívida interna em 9,0 (+26,5 milhões de CVE) em face ao período homólogo de 2021.
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo (+181,7 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2021, justificado essencialmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte

marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.

- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 11,4% (+70,0 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 8,1% (+32,4 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 7,6% (+1,9 milhões de CVE) e outros benefícios sociais em numerário em 375,6% (+30,5 milhões de CVE). Este último no âmbito do apoio social às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19 através do Rendimento Social de Inclusão, do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade e apoio à reinserção socioprofissional.
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 14,4% (-55,4 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, devido à diminuição das transferências aos Municípios na decorrência do impacto negativo da Covid-19 nas receitas do Fundo Desenvolvimento Social e do Turismo e pelo Fundo do Ambiente.
- As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram um aumento (+67,5 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrente pagamento das bolsas de estudos e outros benefícios educacionais bem como do pagamento a organizações não governamentais no âmbito da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações.

O valor da despesa por regularizar, em dezembro, situou-se na ordem dos 109,1 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas.

3.1.2. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 60,5 milhões de CVE, equivalente a 0,6% do total do orçamento e registou uma variação positiva, em termos absolutos, de 87,3 milhões de CVE comparativamente à execução de 2021.

O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Reabilitação de Estradas” com uma execução de 45,1 milhões de CVE; “Reforma do Sector de Transportes –

Tsrp” com uma execução de 14,1 milhões de CVE; “Reabilitação dos Serviços Centro Ribeira de Vinha SV” com uma execução de 14,1 milhões de CVE; “Construção da Sede do IMP” e “Reabilitação para Instalação da Nova Sede da D.S. Praia e Centro de Diagnóstico” com uma execução de 13,4 milhões de CVE cada; e “Construção da Sede do INSP/Laboratório Nacional Saúde Publica” com uma execução de 13,3 milhões de CVE.

3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento, nota-se que 96,1% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 3,9% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 27,9 milhões de CVE, equivalente a 18,8% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola com 14,8 milhões de CVE, Global Environment Fund com 5,3 milhões de CVE, Nações Unidas com 1,7 milhões de CVE, Alemanha com 1,5 milhões de CVE, União Europeia com 1,3 milhões de CVE e Luxemburgo com 1,1 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam a 120,0 milhões de CVE, equivalente a 81,0% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 13 programas, com destaque para os programas “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos Cuidados e à Saúde” (38,8 milhões de CVE), “Educação de Excelência” (23,6 milhões de CVE), “Infraestruturas Modernas e Seguras” (18,0 milhões de CVE), “Desenvolvimento Integrado de Saúde” (14,5 milhões de CVE) e “Melhoria do Ambiente de Negócios” (7,3 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	2022		Grau Exec.	Peso %
	Orç.	Jan		
Interno	61 480	3 604	5,9	96,1
Tesouro (Rec. Int.)	60 616,3	3 475,1	5,7	96,4
OFN	863,9	20,2	2,3	0,6
Externo	11 257	148	1,3	3,9
Donativo	2 444,0	27,9	1,1	18,8
Empréstimo	8 523,0	120,0	1,4	81,0
Ajuda Alimentar	290,3	0,2	0,1	0,1
Total da Despesa	72 737	3 753	5,2	100,0

Fonte: MFFE

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta à Covid-19, até janeiro de 2022, totalizaram 280,4 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 9,1%.

Por modalidade de financiamento, até o final do mês de janeiro, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 71,7%, por empréstimo em 27,8% e por donativos em 0,6%.

Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

EST_EXE	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO (%)
Donativo	275	2	0,6%
Empréstimo	1 206	78	27,8%
Tesouro	1 610	201	71,7%
Total Geral	3 091,5	280,4	100%

Fonte: MFFE

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Sistema para o Desenvolvimento do Setor de Transporte Marítimo Inter-Ilhas” (181,8 milhões de CVE);

- “Implementação de Rendimento Social de Inclusão” (38,8 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (25,2 milhões de CVE);
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (17,6 milhões de CVE); e
- “Preparação e Resposta a Covid-19” (14,5 milhões de CVE).

Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES DO ESTADO	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.
07.00.04 - Assuntos económicos	FADSTMI- Sistema Para O Desenvolvimento Do Setor De Transporte Marítimo Inter-Ilhas	656	182	27,7%
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	376	1	0,3%
	Cabo Verde Digital	18	1	5,0%
	Transição Da Economia Informal A Formal	20	0	0,0%
	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	11	0	0,0%
07.00.04 - Assuntos económicos Total		1 081	184	17,0%
07.00.07 - Saúde	Prevenção E Combate A Coronavirus	654	18	2,7%
	Preparação E Resposta A Covid-19	188	15	7,7%
	Reforço Do Laboratorio Nacional De Saúde Publica - Insp	18	0	2,4%
	Desenvolvimento Do Observatório Nacinal De Saúde Pública - INSP	2	0	4,3%
	Desnvolvimento De Investigação Em Saúde - Insp	8	0	1,2%
	Comunicação De Risco Em Saúde - INSP	5	0	0,7%
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	2	0	0,5%
	Reforço Das Infraestruturas De Saúde	110	0	0,0%
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30	0	0,0%
	Equipamento Postos Sanitários	2	0	0,0%
	Remodelação de Postos Sanitarios	11	0	0,0%
	Sistema De Informação Sanitaria Em Saúde	6	0	0,0%
Reabilitação e equipamentos De Estruturas De Saúde	18	0	0,0%	
Prevenção E Combate A Coronavirus	29	0	0,0%	
07.00.07 - Saúde Total		1 083	33	3,0%
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	15	0	0,0%
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total		15	0	0,0%
07.00.09 - Educação	Reforço Ao Sector Da Educação	382	25	6,6%
	Escola Sem Covid	27	0	0,0%
	Bolsa Cabo Verde Digital	9	0	0,0%
	Construção, Ampliação E Remodelação de Infra-Estruturas Educativas	12	0	0,0%
07.00.09 - Educação Total		430	25	5,9%
07.00.10 - Protecção social	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	430	39	9,0%
	Reforço Institucional Das Organizações Da Sociedade Civil	33	0	0,0%
	Garantia De Cuidados De Dependentes	19	0	0,0%
07.00.10 - Protecção social Total		483	39	8,0%
Total Geral		3 091,5	280,4	9,1%

Fonte: MFFE

5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 281.884,5 milhões de CVE, em 31 de janeiro de 2022, cabendo à dívida interna 82.546,8 milhões de CVE (43,7% do PIB) e à dívida externa 199.337,7 milhões de CVE (105,5% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 149,2%, cerca de 4,8 p.p. acima do valor registado em janeiro de 2021.

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	janeiro 21	janeiro 22	Var. Hom	% PIB/21	% PIB/22
Estoque Global	257 803,4	281 884,5	9,3	144,4	149,2
Dívida Interna	73 567,1	82 546,8	12,2	41,2	43,7
Dívida Externa	184 236,3	199 337,7	8,2	103,2	105,5

Fonte: MFFE